

Guaimbê Solar Holding S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro
de 2021**

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	8



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da

Guaimbê Solar Holding S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guaimbê Solar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guaimbê Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de julho de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Guaimbê Solar Holding S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	41	46	5.119	5.768
Investimentos de curto prazo	4	908	5.324	347.864	421.989
Contas a receber de clientes	5	-	-	39.923	80.351
Tributos e contribuições sociais compensáveis		420	12	2.541	1.086
Estoques		-	-	10.373	8.459
Conta de ressarcimento	13	-	-	3.005	402
Varição cambial fornecedores	6	6.667	4.666	-	-
Cauções e depósitos vinculados	8	-	-	27.104	-
Outros créditos	6	414	-	3.666	271
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		8.450	10.048	439.595	518.326
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	-	7.643	2.451
Conta de ressarcimento	13	-	-	2.691	3.956
Investimentos em controladas	7	1.967.571	1.365.285	-	-
Cauções e depósitos vinculados	8	-	-	58	57.167
Outros créditos	6	14	32	3.472	3.653
Imobilizado, líquido	9	-	-	1.838.803	1.919.766
Intangível, líquido	10	79	99	73.817	78.331
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.967.664	1.365.416	1.926.484	2.065.324
TOTAL DO ATIVO		1.976.114	1.375.464	2.366.079	2.583.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>					
Fornecedores	11	420	31	33.197	33.341
Debêntures	12	-	-	39.152	39.908
Imposto de renda e contribuição social a pagar		19	-	4.396	2.717
Tributos a pagar		2	1	1.562	1.798
Dividendos a pagar	22	940	636	940	636
Conta de ressarcimento	13	-	-	117.465	71.733
Passivo de arrendamento	14	-	-	474	379
Encargos setoriais		-	-	147	137
Contas a pagar a partes relacionadas	22	-	-	-	854.409
Outras obrigações	15	-	-	384	1.491
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.381	668	197.717	1.006.549
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Tributos e contribuições sociais diferidos		2.267	1.586	-	-
Conta de ressarcimento	13	-	-	43.878	26.173
Debêntures	12	-	-	66.549	96.003
Passivo de arrendamento	14	-	-	44.799	40.562
Provisões para processos judiciais e outros		-	-	182	-
Outras obrigações	15	-	-	40.488	41.153
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.267	1.586	195.896	203.891
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Capital social subscrito e integralizado	16	1.480.680	1.335.609	1.480.680	1.335.609
Reservas de capital		390.003	-	390.003	-
Reserva Legal		8.757	3.811	8.757	3.811
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		93.026	33.790	93.026	33.790
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.972.466	1.373.210	1.972.466	1.373.210
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.976.114	1.375.464	2.366.079	2.583.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Receita líquida	17	-	-	317.247	118.316
Custo de produção e operação de energia	18	-	-	(190.649)	(68.480)
LUCRO BRUTO		-	-	126.598	49.836
Gerais e administrativas	19	(618)	(169)	(7.132)	(6.696)
Outras Receitas (despesas) operacionais		311	4.659	(569)	3.867
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(307)	4.490	(7.701)	(2.829)
Resultado de equivalência patrimonial	7	96.219	30.465	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(307)	4.490	118.897	47.007
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		4.231	96	26.285	12.893
Despesas financeiras		-	(2)	(31.080)	(17.500)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	20	4.231	94	(4.795)	(4.607)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		100.143	35.049	114.102	42.400
Imposto de renda e contribuição social corrente		(551)	-	(17.749)	(5.526)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(680)	(1.586)	2.559	(3.411)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	21	(1.231)	(1.586)	(15.190)	(8.937)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		98.912	33.463	98.912	33.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	98.912	33.463	98.912	33.463
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	98.912	33.463	98.912	33.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		661.245	-	2.138	12.663	-	676.046
Efeito da incorporação da Nova Energia		674.364	-	-	-	-	674.364
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	33.463	33.463
Constituição de reserva legal		-	-	1.673	-	(1.673)	-
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	(10.027)	-	(10.027)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(636)	(636)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	31.154	(31.154)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.335.609	-	3.811	33.790	-	1.373.210
Aumento de capital		427.500	-	-	-	-	427.500
Redução de capital		(282.429)	-	-	-	-	(282.429)
Reserva de Capital – Transações de Capital	1.1	-	427.500	-	-	-	427.500
Custos com emissão de ações	1.1	-	(37.497)	-	-	-	(37.497)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	98.912	98.912
Constituição de reserva legal		-	-	4.946	-	(4.946)	-
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	(33.790)	-	(33.790)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(940)	(940)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	93.026	(93.026)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	16	1.480.680	390.003	8.757	93.026	-	1.972.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício	98.912	33.463	98.912	33.463	
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	9 e 10	3.652	3.928	111.026	49.419
Atualização monetária	20	(61)	(61)	(1.518)	633
Juros sobre arrendamentos e aluguéis	14	-	-	4.267	1.967
Variação cambial - fornecedores	6	(2.280)	-	(2.280)	-
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	12	-	-	22.668	10.282
Provisão processos judiciais	-	-	-	182	-
Tributos diferidos	21	680	1.586	(2.559)	-
Juros sobre cauções e investimento de curto prazo	-	(2.037)	-	(18.368)	1.490
Baixa de ativo imobilizado	9	-	-	538	3.693
Resultado de equivalência patrimonial	7	(99.871)	(34.393)	-	-
		(1.005)	4.523	212.868	100.947
Variação dos ativos e passivos operacionais		886	(4.801)	107.599	29.408
Aumento (redução) dos ativos:					
Contas a receber de clientes	-	-	(4)	40.428	2.646
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(395)	-	-	969	287
Outros tributos compensáveis	40	-	-	(1.455)	-
Estoques	-	-	-	(1.914)	(276)
Outros créditos	(117)	(10)	-	(934)	209
Conta de ressarcimento - CCEE Ativos	-	-	-	(1.338)	(1.760)
Tributos e contribuições sociais diferidos - Ativo	-	-	-	(2.633)	-
Aumento (redução) dos passivos:					
Fornecedores	389	12	(144)	(5.431)	(5.431)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	968	-	(2.559)	3.192	3.192
Tributos a pagar	-	-	-	19.771	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-
Conta de ressarcimento - CCEE Passivos	-	-	-	63.437	(6.100)
Outras obrigações	1	170	(1.772)	289	-
Encargos setoriais	-	-	-	10	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	(4.267)	-
Tributos e contribuições sociais diferidos - Passivo	-	-	-	-	-
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	-	-	-	(10.244)	(9.065)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(948)	-	-	(15.769)	(48)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	2.077	-	-	13.497	-
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades operacionais	1.010	(278)	307.951	121.242	
Atividades de investimentos:					
Dividendos recebidos	159.227	12.056	-	-	-
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	9 e 10	20	(99)	(21.266)	(17.229)
Aumento de capital em controladas	7	(715.294)	-	-	-
Redução de capital em controladas	7	50.000	-	-	-
Aplicação em investimentos de curto prazo	-	(314.134)	(5.506)	(886.667)	(244.800)
Resgates em investimentos de curto prazo	-	318.518	230	964.694	160.302
Caixa líquido (aplicado) / gerado nas atividades de investimentos	(501.663)	6.681	56.761	(101.727)	
Atividades de financiamentos:					
Dividendos pagos	16	(34.426)	(10.117)	(34.426)	(10.117)
Pagamento de debênture (principal)	12	-	-	(42.634)	(18.754)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	14	-	-	(489)	(2.001)
Aumento de capital	16	427.500	-	427.500	-
Redução de capital	16	(282.429)	-	(282.429)	-
Emissão de ações preferenciais	16	427.500	-	427.500	-
Custo na emissão de ações preferenciais	16	(37.497)	-	(37.497)	-
Recursos para futuro aumento de capital	-	-	-	(854.409)	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	8	-	-	31.523	13.073
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades de financiamentos	500.648	(10.117)	(365.361)	(17.799)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5)	(3.714)	(649)	1.716	
No início do exercício	46	3.760	5.768	4.052	
No final do exercício	41	46	5.119	5.768	
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	(5)	(3.714)	(649)	1.716	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Guaimbê Solar Holding S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, 12495, 12º andar, Brooklin Paulista, São Paulo - SP – CEP 04578-000, foi constituída em 21 de junho de 2018, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A partir de 04 de setembro de 2018 a Companhia passou a ser controlada diretamente pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”), sociedade por ações de capital aberto, que tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A construção do complexo teve início em setembro de 2017 e foi encerrada em agosto de 2018.

Complexo Solar Guaimbê

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWh
Solar									
Guaimbê I	6º LER	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê II	6º LER	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê III	6º LER	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê IV	6º LER	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê V	6º LER	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Total							110	150,0	29,5

Da autorização

No dia 31 de outubro de 2014 as controladas acima mencionadas foram declaradas vencedoras do 6º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela ANEEL (nº 08/2014-ANEEL).

O prazo da autorização de produção das suas controladas, foram efetivados através das outorgas do Diário Oficial da União, publicada em 15 de junho de 2015, pela portaria nº 257, e é de 35 anos, com término em 15 de junho de 2050.

As controladas firmaram com diversas partes (arrendadores), compromissos irrevogáveis e irretiráveis de uso de direito de superfície, assinado em 25 de abril de 2014, com prazo de 35 anos para instalação de sua usina fotovoltaica, onde prevê um pagamento anual total, à título de uso exclusivo em relação à geração de energia fotovoltaica no terreno de propriedade daquelas contrapartes.

Comercialização de energia

Em 31 de dezembro de 2021, o complexo possuía 100% de sua energia contratada no ACR, conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Guaimbê I	6º LER/2014	CCEE	51.826	328,73	out/17	set/37	IPCA	outubro
Guaimbê II	6º LER/2014	CCEE	51.826	328,73	out/17	set/37	IPCA	outubro
Guaimbê III	6º LER/2014	CCEE	51.826	336,11	out/17	set/37	IPCA	outubro
Guaimbê IV	6º LER/2014	CCEE	51.826	336,11	out/17	set/37	IPCA	outubro
Guaimbê V	6º LER/2014	CCEE	51.826	336,11	out/17	set/37	IPCA	outubro
Total			259.130					

Operação comercial

As controladas tiveram seu início de período de suprimento concatenado com a operação comercial da linha de transmissão, a qual não era de responsabilidade das suas controladas, e ocorreu em 1 de março de 2015, conforme despacho ANEEL nº 519, porém o início de suprimento contratual iniciou somente em 1º de janeiro de 2016, com conexão na respectiva subestação.

Complexo Eólico Alto Sertão II

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
Eólico									
Ametista	LEN 02/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	LEN 02/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	10,4
Caetitê	LEN 02/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados	LEN 02/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	LEN 02/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	LEN 02/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	LEN 02/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	LEN 02/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	LER 05/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	LER 05/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,8	10,1
Morrão	LER 05/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	LER 05/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	LER 05/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
Total							230	386,1	183,6

(i) Em janeiro de 2020, houve revisão da Garantia Física dos parques do LEN, fundamentada na geração de energia histórica acumulada. Portanto, a garantia física do Complexo Eólico de Alto Sertão II passou a ser de 183,6 MWm (184,7 MWm em 31 de dezembro de 2019). Em outubro de 2020 foi publicada Portaria MME nº 360/2020 alterando a Garantia Física da EOL Borgo de 10,4 MWm para 11,2 MWm a ser válida desde janeiro de 2021.

Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas indiretas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste entraram no Leilão de Energia de Reserva de 2010 ("LER") na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, e, portanto, estão 100% contratadas até 2033.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas indiretas Ametista, Borgo, Caetitê, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço entraram no Leilão de Energia Nova de 2011 ("LEN"), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, e portanto, estão 100% contratadas, desde de 1º de janeiro de 2016 com prazo final em dezembro de 2035.

Em 31 de dezembro de 2021, a comercialização de energia contratada do Complexo Eólico Alto Sertão II no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	87.500	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	LER 05/2010	CCEE	116.644	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	LER 05/2010	CCEE	129.125	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	132.609	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	LER 05/2010	CCEE	114.740	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.718	236,79	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Subtotal			669.336					
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	122.098	169,18	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	85.205	167,84	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caeité	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.611	168,13	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.949	168,08	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	43.042	170,08	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.219	168,83	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.651	168,68	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.070	166,78	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	78.178	166,11	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Subtotal			910.023					
Total			1.579.359					

Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

O mundo ainda vive em cenário de pandemia, ocasionado pela propagação da COVID-19 e tem causado sérios impactos, provocando intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundialmente.

Na controladora da Companhia, no decorrer de 2020 foi criado o Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos, com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios. Nesse sentido, a Companhia mantém o acompanhamento para revisar e modificar seus planos à medida que as condições mudarem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou impactos relevantes nos resultados financeiros e nas operações que possam comprometer a capacidade de seus projetos.

1.1 Acordo de Investimento com Itaú Unibanco S.A.

Em AGE realizada em 12 de novembro de 2020, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações da Nova Energia pela Guaimbê Holding, mediante a emissão de 674.364.297 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas no montante de R\$ 674.364.

Em 17 de março de 2021, a AES Operações firmou um acordo de investimento com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais, emitidas pela Companhia, detentora de ativos em operação, de geração de energia eólica e solar.

Em 30 de abril de 2021, após a satisfação de determinadas condições suspensivas nos termos do Acordo de Investimento, comuns em operações dessa natureza, a AES Operações e o Itaú efetivaram a transação. Com a subscrição do aumento de capital, no valor total de R\$855.000 sendo R\$ 427.500 como aumento de capital social e R\$ 427.500 como reserva de capital, o Itaú se tornou acionista da Companhia. Dessa forma, a AES Operações passou a deter 1.335.608.832 ações ordinárias da Companhia, ou 80,10%, e o Itaú 331.818.000 ações preferenciais, ou 19,90% de participação societária.

Após essa operação, o adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) entre a controlada direta Nova Energia e a AES Operações, no montante de R\$854.409 efetuado em 24 de abril de 2019, foi rescindido, sem prejuízo para a manutenção das atividades e cumprimento das obrigações da referida controlada direta.

Em janeiro de 2022 foi firmado um novo acordo com Itaú Unibanco, conforme nota explicativa 26.

1.2 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2021	2020
Controladas diretas:				
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia") (i)	Holding	São Paulo, SP	100%	-
Guaimbê I Parque Solar Ltda. ("Guaimbê I")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. ("Guaimbê II")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. ("Guaimbê III")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V")	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	100%
Controladas indiretas:				
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	São Paulo, SP	100%	-
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaporã, BA	100%	-
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	-
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	-
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	-
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	-
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	-
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	-
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	-
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	-
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	-
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	-
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	-
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	-
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	-
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	-

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 30 de junho de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia e suas controladas consideraram as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos

de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Critérios de consolidação dos empreendimentos controlados

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são:

- (i) arrendamento;
- (ii) ressarcimento;
- (iii) desmobilização;
- (iv) valor justo de instrumentos financeiros; e,
- (v) classificação das ações preferenciais como equity

Provisões para processos judiciais

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas possuem processos judiciais provisionados no valor de R\$182, em 2020 não haviam processos judiciais provisionados ou divulgados.

As demais políticas contábeis estão descritas em suas respectivas notas explicativas.

Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2021, estão evidenciadas a seguir:

• Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada a Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas controladas.

• Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

– Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.

– Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

– Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia e suas controladas detêm uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas subsidiárias no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas subsidiárias pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10 / IAS 28	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 – Ativo imobilizado	IAS 16	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	IVA	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis; e requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'	1º de janeiro de 2023
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia e suas controladas pretendem adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois o objetivo desta aplicação é receber fluxos de caixa pelo rendimento ou pela venda. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. Dessa forma, não há reconhecimento de valor justo em outros resultados abrangentes.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	41	46	5.119	5.768
Total	41	46	5.119	5.768

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	908	5.324	347.864	421.989
Total	908	5.324	347.864	421.989

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 99,10% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. (98% em 31 de dezembro de 2020).

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não constituiu PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de perdas.

Os saldos em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$39.923 (R\$80.351 em 31 de dezembro de 2020), são compostos por valores vencidos e a vencer, conforme segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Circulante		
Contratos de energia solares (i)	6.992	6.316
Contratos de energia eólicos (ii)	30.295	27.302
Mercado de curto prazo (iii)	2.636	46.733
Total	39.923	80.351

- (i) As transações de energia no mercado de curto prazo (SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor causada por liminares de agentes que impedem a liquidação financeira do GSF. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise deste contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.
- (ii) Valor referente à receita fixa de contrato de leilão de energia, com liquidação no mês subsequente.

- (iii) Inadimplência causada pelas ações judiciais relacionadas ao GSF, a qual impactava todo o mercado de curto prazo. A decisão estabelecida pela Lei nº 14.052/2020 e regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 destravou operações não liquidadas no Mercado de Curto Prazo e com isso a maior parte dos créditos em aberto na Companhia e suas controladas foram liquidados ao longo do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de contas a receber vencidos estavam assim apresentados:

	Consolidado		
	Saldos vincendos	Saldos vencidos	Total
		Mais de 360 dias	
Circulante			
Contratos de energia solares	6.992	-	6.992
Contratos de energia eólicos	30.278	17	30.295
Mercado de curto prazo	-	2.636	2.636
Total	37.270	2.653	39.923

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia não requer garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre.

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

6 VARIAÇÃO CAMBIAL FORNECEDORES E OUTROS CRÉDITOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante				
Variação cambial de fornecedores (i)	22	6.667	4.666	-
Dividendos a receber	22	413	-	-
Despesas antecipadas		1	-	1.418
Material para conserto		-	-	1.446
Outros		-	-	802
Subtotal		7.081	4.666	271
Ativo não circulante				
IRPJ a compensar		6	25	3.463
CSLL a compensar		8	7	9
Subtotal		14	32	3.653
Total Outros créditos		7.095	4.698	3.924

(i) Refere-se à variação cambial a receber de controladas relacionado ao fechamento do preço de compra do complexo solar da Companhia, adquirido em 04 de setembro de 2018 da Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.

7 INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta o investimento e principais informações das controladas. Esse investimento é avaliado com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo.

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Guaimbé I Parque Solar Ltda ("Guaimbé I")	13.794.856.479	100%	137.949	137.744	6.208
Guaimbé II Parque Solar Ltda ("Guaimbé II")	10.289.078.794	100%	102.891	102.891	9.288
Guaimbé III Parque Solar Ltda ("Guaimbé III")	8.708.572.391	100%	87.086	87.086	12.175
Guaimbé IV Parque Solar Ltda ("Guaimbé IV")	10.013.104.896	100%	100.131	100.131	9.676
Guaimbé V Parque Solar Ltda ("Guaimbé V")	10.313.590.606	100%	103.136	103.136	9.729
Nova Energia Holding S.A.	1.451.796.905	100%	1.258.603	1.265.028	52.795
Total			1.789.796	1.796.016	99.871

A composição dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Composição do investimento	Controladora	
	2021	2020
Participação societária permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	1.895.886	1.289.949
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (nota 9)	63.253	67.039
Direitos de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos (nota 9)	8.432	8.728
Ajustes a valor justo do investimento adquirido	-	(431)
Total	1.967.571	1.365.285

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Aumento / (redução) de capital social	Amortização do intangível e da mais valia gerado na aquisição de ativos	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Guaimbê I")	164.864	(12.000)	(748)	6.208	-	158.324
Guaimbê II Parque Solar S.A. ("Guaimbê II")	127.719	(5.000)	(749)	9.288	(4.671)	126.587
Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Guaimbê III")	125.383	(14.000)	(665)	12.175	(9.512)	113.381
Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Guaimbê IV")	132.557	(10.000)	(747)	9.676	(7.280)	124.206
Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Guaimbê V")	133.553	(9.000)	(743)	9.729	(6.288)	127.251
Nova Energia Holding S.A.	681.209	715.294	-	52.795	(131.476)	1.317.822
Total	1.365.285	665.294	(3.652)	99.871	(159.227)	1.967.571

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da incorporação da Nova Energia Vide Nota 1.1	Amortização do intangível e da mais valia gerado na aquisição de ativos	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Guaimbê I")	167.422	-	(805)	(204)	(1.549)	164.864
Guaimbê II Parque Solar S.A. ("Guaimbê II")	126.193	-	(806)	4.671	(2.339)	127.719
Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Guaimbê III")	119.610	-	(715)	9.512	(3.024)	125.383
Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Guaimbê IV")	128.559	-	(803)	7.280	(2.479)	132.557
Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Guaimbê V")	130.728	-	(799)	6.289	(2.665)	133.553
Nova Energia Holding S.A. - Nota 1.1	-	674.364	-	6.845	-	681.209
Total	672.512	674.364	(3.928)	34.393	(12.056)	1.365.285

8 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2021	2020
Garantias de financiamento (i)	27.104	57.127
Cauções e depósitos vinculados	58	40
Total	27.162	57.167
Circulante	27.104	-
Não circulante	58	57.167
Total	27.162	57.167

- (i) O saldo refere-se às Contas Reservas de O&M, que destina-se aos pagamentos das obrigações de contratos de dívida do Complexo Eólico Alto Sertão II no montante de R\$27.104.

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Efeito da incorporação da Nova Energia	69.083
Adições (i)	88.511
Atualização monetária	1.157
Baixas e resgates (ii)	(101.584)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.167
Adições (i)	45.065
Atualização monetária	1.518
Baixas e resgates (ii)	(76.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.162

- (i) Refere-se às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II.
- (ii) Refere-se a resgates de garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II.

9 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado			
	2021			2020
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	2.503	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	72.931	(12.398)	60.533
Máquinas e equipamentos	3,6%	2.156.879	(434.707)	1.722.172
Móveis e utensílios e outros	5,7%	23	(10)	13
Veículos		682	(18)	664
Imobilizado em serviço		2.233.018	(447.133)	1.785.885
Imobilizado em curso		11.010	-	11.010
Direito de uso do terreno arrendado (i)	3,2%	46.417	(4.509)	41.908
Total		2.290.445	(451.642)	1.838.803

- (i) A Companhia reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento (vide nota 14). São depreciados linearmente pelo prazo do contrato ou prazo de autorização, o que for menor. A Companhia reconheceu ativo de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 35 anos, depreciados à taxa de 3,2% a.a.

b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Provisão desmantelamento	Transferências	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Terreno	2.503	-	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	72.044	-	-	887	-	72.931
Máquinas e equipamentos	2.138.547	-	-	19.123	(791)	2.156.879
Móveis e utensílios e outros	23	-	-	-	-	23
Veículos	-	-	-	682	-	682
Em curso	10.436	21.266	-	(20.692)	-	11.010
Direito de uso do terreno arrendado	41.596	4.821	-	-	-	46.417
Subtotal	2.265.149	26.087	-	-	(791)	2.290.445
Depreciação	(342.514)	(103.090)	(1.782)	-	253	(447.133)
Depreciação do direito de uso do terreno arrendado	(2.869)	(1.640)	-	-	-	(4.509)
Total	1.919.766	(78.643)	(1.782)	-	(538)	1.838.803

	CONSOLIDADO						
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da incorporação da Nova Energia	Adições	Provisão desmantelamento	Transferências	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Terreno	-	2.503	-	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.797	48.521	-	-	(997)	(277)	72.044
Máquinas e equipamentos	554.254	1.562.058	-	17.039	9.753	(4.557)	2.138.547
Móveis e utensílios e outros	23	-	-	-	-	-	23
Em curso	13	2.692	16.487	-	(8.756)	-	10.436
Direito de uso do terreno arrendado	11.691	27.280	2.625	-	-	-	41.596
Subtotal	590.778	1.643.054	19.112	17.039	-	(4.834)	2.265.149
Depreciação	(43.446)	(255.860)	(43.772)	(637)	-	1.201	(342.514)
Depreciação do direito de uso do terreno arrendado	(534)	(1.785)	(550)	-	-	-	(2.869)
Total	546.798	1.385.409	(25.210)	16.402	-	(3.633)	1.919.766

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

10 INTANGÍVEL

a) A composição do intangível é a seguinte:

	Consolidado			
	2021			2020
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Direitos contratuais (i)	5,0%	75.871	(12.507)	63.364
Direito de exploração de autorização (i)	3,0%	9.421	(1.099)	8.322
Servidão de passagem	-	484	-	484
Intangível em curso	-	443	-	443
Outros	-	2.014	(810)	1.204
Total		88.233	(14.416)	73.817

- (i) Referem-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Complexo Solar Guaimbê, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.

b) Movimentação do intangível:

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Consolidado								
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições				Saldo em 31 de dezembro de 2021		
Direitos contratuais	75.871	-				75.871		
Direito de exploração de autorização	9.420	-				9.420		
Servidão de passagem	484	-				484		
Em serviço	2.015	-				2.015		
Em curso	443	-				443		
Subtotal	88.233	-				88.233		
Amortização	(9.902)	(4.514)				(14.416)		
Total	78.331	(4.514)				73.817		

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito da incorporação da Nova Energia	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2020		
Direitos contratuais	75.871	-	-	-	-	75.871		
Direito de exploração de autorização	9.420	-	-	-	-	9.420		
Servidão de passagem	484	-	-	-	-	484		
Em serviço	-	2	-	-	2.013	2.015		
Em curso	443	1.331	742	(60)	(2.013)	443		
Subtotal	86.218	1.333	742	(60)	-	88.233		
Amortização	(5.442)	-	(4.460)	-	-	(9.902)		
Total	80.776	1.333	(3.718)	(60)	-	78.331		

11 FORNECEDORES

Os saldos consolidados no montante de R\$33.197 e R\$33.341 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 respectivamente, referem-se principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos de manutenção e de operação dos parques solares e eólicos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE				
Materiais e Serviços	420	31	31.223	31.809
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	168	-
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	-	-	1.806	1.532
Total	420	31	33.197	33.341

12 DEBÊNTURES

12.1 Os saldos de debênture, não conversível está composto da seguinte forma:

Consolidado										
2021										
Vencimento	Taxa Efetiva ⁽¹⁾	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
Debênture										
Debênture - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% aa	201	24.846	(375)	24.672	30.098	(1.124)	28.974	53.646
Debênture - 1ª Emissão (2ª Série)	2025	IPCA + 7,87% aa	182	14.514	(216)	14.480	38.225	(650)	37.575	52.055
Total da dívida			383	39.360	(591)	39.152	68.323	(1.774)	66.549	105.701

12.2 Movimentação da debênture é como segue:

	Consolidado
	Debêntures
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Efeito da incorporação da Nova Energia	153.448
Encargos financeiros	2.982
Variação monetária	4.127
Pagamento de principal	(18.754)
Pagamento de encargos financeiros	(5.987)
Amortização custos de transação	95
Saldo em 31 de dezembro de 2020	135.911
Encargos financeiros	10.180
Variação monetária	12.932
Pagamento de principal	(42.634)
Pagamento de encargos financeiros	(10.244)
Diferimento custos de transação	(880)
Amortização custos de transação	436
Saldo em 31 de dezembro de 2021	105.701

12.3 Características do contrato de debênture está descrito a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (I)	Vencimento	Finalidade
Nova Energia	Debêntures de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	68.120 69.265	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

12.4 Parcelas relativas ao principal da debênture e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado		
	Debêntures	Custos de transação	Total
2023	27.467	(591)	26.876
2024	25.733	(591)	25.142
2025	15.123	(592)	14.531
	68.323	(1.774)	66.549

12.5 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada, seus credores, utilizam-se dos covenants financeiros, descritos nos contratos de debêntures, sendo o ICSD $\geq 1,3x$, onde o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") é calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as obrigações contratuais.

13 CONTA DE RESSARCIMENTO

Conforme estabelecido nos Contratos de Energia de Reserva (LER 2014, LER 2010), celebrados entre a Companhia e a CCEE, e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras,

ao fim de cada ano contratual serão apuradas as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento referente à parcela de energia contida na faixa de tolerância de até 10% de geração inferior ao montante de energia contratada, apurado em relação ao ano A, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106% do preço de contrato vigente em A+1, considerados os montantes de energia adquiridos por meio de mecanismo de cessão previsto em contrato.

O ressarcimento apurado por desvios negativos abaixo da faixa de tolerância de 10% de geração, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente em A+1.

A parcela de energia referente a desvios positivos contidos na faixa de tolerância de até 15% de geração acima da energia contratada poderá ser (i) repassada para o ano contratual seguinte como crédito de energia; (ii) cedida a outro vendedor do mesmo leilão comprometido com contratação de energia de reserva da mesma fonte e com saldo de energia negativo ou; (iii) objeto de recebimento de receita variável, valorada ao preço de contrato vigente no ano de pagamento e paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

A receita variável referente a desvios positivos de geração acima da faixa de tolerância de 15% será recebida em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte ao valor de 30% do preço contratual vigente no ano A+1

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Consolidado			
	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
CIRCULANTE				
CCEE LER 2014	2.659	20	121	314
CCEE LER 2010	346	41.154	281	18.372
Distribuidoras - LEN 2011	-	76.291	-	52.580
Renova Comercializadora - MCSD	-	-	-	467
Total Circulante	3.005	117.465	402	71.733
NÃO CIRCULANTE				
CCEE LER 2014	2.403	10	604	386
CCEE - LER 2010	288	8.746	3.352	13.827
Distribuidoras - LEN 2011	-	35.122	-	11.960
Total Não Circulante	2.691	43.878	3.956	26.173
Total	5.696	161.343	4.358	97.906

A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:

	Consolidado								
	Saldo Inicial 31.12.2019	Efeito da Incorporação da Nova Energia (nota 1.1)	Provisão	Amortização	Atualização	Saldo final 31.12.2020	Provisão	Amortização	Saldo final 31.12.2021
CCEE LER 2014	1.890	-	-	(1.165)	-	725	4.337	-	5.062
CCEE - LER 2010	-	3.554	79	-	-	3.633	1.891	(4.890)	634
Total ativo	1.890	3.554	79	(1.165)	-	4.358	6.228	(4.890)	5.696
CCEE LER 2014	7	-	1.315	(542)	-	780	-	(750)	30
CCEE - LER 2010	-	26.173	5.807	-	340	32.120	18.871	(1.091)	49.900
Distribuidoras - LEN 2011	-	56.957	6.132	-	1.450	64.539	46.874	-	111.413
Renova Comercializadora - MCSD	-	1.868	-	(1.401)	-	467	-	(467)	0
Total passivo	7	84.998	13.054	(1.943)	1.790	97.906	65.745	(2.308)	161.343

Suspensão de devolução de ressarcimento

Do saldo total de R\$161.343 do passivo de ressarcimento, R\$ 113.509 refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019.

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o Constrained-off de usinas eólicas.

O Constrained-off pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao Constrained-off de usinas.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos contabilizados referente ao Constrained-off no passivo de ressarcimento correspondem a R\$165.142, sendo, R\$40.464 para o LER 2010 e R\$73.045 para o LEN 2011. Em 31 de dezembro de 2021, as provisões são efetuadas com base nas posições regulatórias vigentes.

14 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas optaram pelo método retrospectivo modificado para adoção inicial ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, sem reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº 09).

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia e suas controladas consideraram os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

No reconhecimento inicial, para a determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada a taxa de desconto nominal de 10,08% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor. A taxa de desconto reflete o custo de captação da Companhia. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a.

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Consolidado
	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.512
Efeito da incorporação da Nova Energia (i)	28.498
Adição	965
Encargos financeiros	1.967
Pagamento de encargos financeiros	(1.567)
Pagamento de principal	(434)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.941
Adição	4.821
Encargos financeiros	4.267
Pagamento de encargos financeiros	(4.267)
Pagamento de principal	(489)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	45.273

(i) Conforme nota explicativa nº 7 e 9.

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro	
<u>CIRCULANTE</u>	
2022	474
Subtotal	474
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
2023	520
2024	572
2025	628
2026	690
2027	758
após 2027	41.631
Subtotal	44.799
Total	45.273

15 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado	
	2021	2020
Passivo Circulante		
Créditos diversos - Outros	1	983
Cauções em garantia	136	136
Outras obrigações meio ambiente	247	372
Subtotal:	384	1.491
Passivo Não Circulante		
PIS sobre débitos fiscais diferidos	317	532
COFINS sobre débitos fiscais diferidos	1.464	2.455
Outras obrigações meio ambiente	214	461
Desmobilização (nota 9)	38.493	37.705
Subtotal:	40.488	41.153
Total:	40.872	42.644

A movimentação da provisão para desmobilização está apresentada a seguir:

Refere-se à provisão para desmobilização em contrapartida ao imobilizado, corresponde à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Alto Sertão II e do Complexo Solar Guaimbê. A provisão para desmantelamento foi efetuada com base na estimativa desses custos através de uma consultoria externa, projetado até ao fim da vida útil do parque. A taxa de desconto adotada foi a taxa Selic de longo prazo de 1,75%. O saldo registrado na rubrica de "Provisão para desmobilização" em 31 de dezembro de 2021 é de R\$38.493 (R\$37.705 em 31 de dezembro de 2020), resultando uma despesa financeira de R\$788.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 1.480.680 representado por 1.335.608.832 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.335.609 em 31 de dezembro de 2020).

Conforme descrito na nota 1.1, em 17 de março de 2021, a AES Operações firmou um acordo de investimento com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais, emitidas pela Companhia, detentora de ativos em operação, de geração de energia eólica e solar. Em 30 de abril de 2021, após a satisfação de determinadas condições suspensivas nos termos do Acordo de Investimento, comuns em operações dessa natureza, a AES Operações e o Itaú efetivaram a transação.

Em 18 de maio de 2021 foi aprovada a redução de capital social no valor de R\$ 32.194 mediante a restituição de capital à acionista da Companhia, sem cancelamento de quaisquer ações representativas do Capital Social

Em 26 de maio de 2021 foi aprovado em AGE o aumento de capital social para efetivar o acordo entre a Companhia e o Itaú, no valor de R\$ 427.500 e uma destinação à conta de reserva de capital no valor total

de R\$ 427.500, mediante a emissão de 331.818.000 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal. Com esta efetivação, o Itaú se tornou acionista da Companhia e a AES Operações passou a deter 1.335.608.832 ações ordinárias, ou 80,10%, e o Itaú 331.818.000 ações preferenciais, ou 19,90% de participação societária.

Em 09 de agosto de 2021 foi aprovada a redução de capital social no valor de R\$ 250.235 mediante a restituição de capital à acionista da Companhia, AES Operações, sem cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social.

Reserva legal

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei.

Reserva de lucros

	2021	2020
<u>Reserva de lucros:</u>		
Reserva legal	8.757	3.811
Dividendo adicional proposto	93.026	33.790
	101.783	37.601

Destinação do resultado

De acordo com o estatuto social da Companhia, as importâncias apropriadas à reserva de lucros são determinadas como segue:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

O lucro líquido apurado será destinado conforme determinação da Assembleia Geral, conforme recomendação da Diretoria, após deduções previstas em Lei e o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) A Companhia distribuirá, como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 2% (dois por cento) do lucro líquido do exercício deduzidos os valores destinados à constituição da Reserva Legal. Os acionistas poderão, no entanto, deliberar de forma unânime, em Assembleia Geral, pela distribuição de um percentual maior.

A Companhia poderá levantar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores, mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	98.912	33.463
Constituição de reserva legal	(4.946)	(1.673)
Base para pagamento de dividendos	93.966	31.790
Destinação:		
Dividendos mínimos obrigatórios	940	636
Dividendos adicionais propostos	93.026	31.154
Total destinado	93.966	31.790

17 RECEITA LÍQUIDA

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

	Consolidado			
	2021		2020	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos de energia eólicos e solares	1.857.334	387.185	739.553	146.724
Ressarcimento	(229.013)	(62.485)	(97.896)	(18.213)
Outras		11.480		(1.590)
Receita operacional bruta	1.628.321	336.180	641.657	126.921
(-) Pis e Cofins	-	(12.285)	-	(6.963)
(-) ICMS	-	(6.648)	-	(1.642)
Total	1.628.321	317.247	641.657	118.316

18 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2021	2020
<u>Custo com energia</u>		
Contratos bilaterais	(8.799)	(2.323)
Encargos de transmissão	(17.832)	(6.192)
<u>Custo de operação</u>		
Material	(11.542)	(1.211)
Serviços de terceiros	(36.225)	(10.844)
Depreciação e amortização	(111.026)	(44.733)
Indenização de sinistro	1.418	943
Arrendamentos e aluguéis	(302)	(77)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(212)	(2.568)
Seguros	(2.360)	(918)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(1.960)	(754)
Contribuições setoriais	-	(71)
Outros custos operacionais	(1.809)	268
Total líquido	(190.649)	(68.480)

19 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Material	(20)	-	(1.114)	(117)
Serviços de terceiros	(598)	(169)	(6.018)	(6.579)
Total	(618)	(169)	(7.132)	(6.696)

20 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	2.045	101	19.823	4.004
Atualização de contas a receber de mercado de curto prazo	-	-	2.925	7.723
Pis e Cofins sobre receita financeira	(95)	(5)	(384)	(33)
Atualização de créditos tributários	1	-	122	36
Variação cambial - fornecedores	2.280	-	2.280	-
Renda de cauções e depósitos judiciais	-	-	1.518	1.157
Outras receitas financeiras	-	-	1	6
Total	4.231	96	26.285	12.893
Despesas financeiras				
Juros sobre arrendamento	-	-	(4.267)	(1.967)
Encargos de Dívidas	-	-	(10.711)	(3.078)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	-	-	(12.932)	(4.127)
Variação cambial - fornecedores	-	-	(2.002)	(8.206)
Outras despesas financeiras	-	(2)	(1.168)	(122)
Total	-	(2)	(31.080)	(17.500)
Total líquido	4.231	94	(4.795)	(4.607)

21 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real e não apurou lucro tributável no exercício. Os impostos diferidos não são constituídos na controladora por não haver expectativa quanto à sua realização.

	Controladora			
	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Corrente	(399)	(152)	-	-
Diferidos	(500)	(180)	(1.166)	(420)
Total	(899)	(332)	(1.166)	(420)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	100.143	100.143	35.049	35.049
Adições (exclusões):				
Resultado de equivalência patrimonial	(99.870)	(99.870)	(34.393)	(34.393)
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	3.651	3.651	3.928	3.928
Amortização da mais valia em combinação de negócios	-	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(228)	(228)	81	81
Outras	(100)	(8)	-	-
Total das adições (exclusões)	(96.547)	(96.455)	(30.384)	(30.384)
Resultado ajustado	3.596	3.688	4.665	4.665
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Tributos	(899)	(332)	(1.166)	(420)
Outros	-	-	-	-
Total da despesa com tributos	(899)	(332)	(1.166)	(420)
Alíquota efetiva	0,9%	0,3%	3,3%	1,2%

Em 2021, conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social sob o regime de caixa. Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa nº 13) de suas controladas indiretas. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

	Consolidado			
	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Corrente	(11.754)	(5.995)	(3.614)	(1.912)
Diferidos	1.603	956	(2.351)	(1.060)
Total	(10.151)	(5.039)	(5.965)	(2.972)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	114.102	114.102	42.400	42.400
Adições (exclusões):				
Ajuste lucro presumido	(95.627)	(82.229)	(27.809)	(20.425)
Amortização da mais valia em combinação de negócios	3.651	3.651	3.928	3.928
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	19.485	19.485	5.527	5.527
Outras	(1.007)	980	1.590	1.590
Total das adições (exclusões)	(73.498)	(58.113)	(16.764)	(9.380)
Resultado ajustado	40.604	55.989	25.636	33.020
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Tributos	(10.151)	(5.039)	(6.409)	(2.972)
Outros	-	-	444	-
Total da despesa com tributos	(10.151)	(5.039)	(5.965)	(2.972)
Alíquota efetiva	8,9%	4,4%	14,1%	7,0%

22 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante				
Variação Cambial fornecedores				
Guaimbê I Parque Solar Ltda.	1.117	779	-	-
Guaimbê II Parque Solar Ltda.	1.816	1.272	-	-
Guaimbê III Parque Solar Ltda.	892	625	-	-
Guaimbê IV Parque Solar Ltda.	1.547	1.083	-	-
Guaimbê V Parque Solar Ltda.	1.295	907	-	-
Dividendos a receber				
Nova Energia Holding S.A.	413	-	-	-
Subtotal	7.080	4.666	-	-
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivo circulante				
Dividendos a pagar				
AES Brasil Operações S.A.	(753)	(636)	(753)	(636)
Acionista não controlador (Banco Itaú S.A.)	(187)	-	(187)	-
Contas a pagar				
AES Brasil Operações S.A. (i)	-	-	-	(854.409)
Subtotal	(940)	(636)	(940)	(855.045)
Total líquido de partes relacionadas	6.140	4.030	(940)	(855.045)

- (i) Em 24 de abril de 2019, a controladora AES Operações (AES Tietê na data da operação) firmou um termo de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) com sua controlada indireta Nova Energia, no valor de R\$854.409 (controlada direta à época do termo). No entanto, em 2021 houve um acordo de investimento, quando o Itaú aportou R\$855.000 para a Companhia ocasionando na rescisão do referido termo.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

23.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Hierarquia do valor justo.

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Notas	Mensuração do valor justo	Consolidado				Categoria	
		2021		2020			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Nível 2	5.119	5.119	5.768	5.768	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	347.864	347.864	421.989	421.989	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5	Nível 2	39.923	39.923	80.351	80.351	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	8	Nível 2	27.162	27.162	57.167	57.167	Custo amortizado
Total			420.068	420.068	565.275	565.275	
PASSIVO (circulante e não circulante)							
Fornecedores	11	Nível 2	33.197	33.197	33.341	33.341	Custo amortizado
Dividendos a pagar	22		940	940	636	636	Custo amortizado
Debêntures	12	Nível 2	105.701	105.701	135.911	135.911	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	14	Nível 2	45.273	45.273	40.941	40.941	Custo amortizado
Total			185.111	185.111	210.829	210.829	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

23.2 Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e,
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

23.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e suas controladas, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas, definir padrões a serem seguidos pela Companhia e suas controladas no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

Auditoria Interna

A controladora da Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia e suas controladas, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A controladora da Companhia realiza anualmente uma auto avaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia e suas controladas. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

Ética e Compliance

A Companhia e suas controladas estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia e suas controladas, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

A Companhia e suas controladas disponibilizam diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seus membros ou por e-mail, assim como

por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone. O AES Helpline está disponível 24 horas por dia / 7 dias por semana. Denúncias ao AES Helpline podem ser feitas anonimamente.

A Companhia e suas controladas ainda contam com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxeram ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	Consolidado	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.119	5.768
Investimentos de curto prazo	347.864	421.989
Contas a receber de clientes	39.923	80.351
Cauções e depósitos vinculados	27.162	57.167
Total	420.068	565.275

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2021	2020
Debêntures	105.701	135.911
Caixa e equivalentes de caixa	(5.119)	(5.768)
Investimentos de curto prazo	(347.864)	(421.989)
Cauções e depósitos vinculados	(27.162)	(57.167)
Dívida líquida	(274.444)	(349.013)
Patrimônio líquido	1.972.466	1.373.210
Índice de alavancagem financeira	-13,91%	-25,42%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants, conforme nota explicativa nº 12.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 12. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de dezembro de 2020	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	39.864	-	-	-	-
Debêntures	-	32.535	52.681	-	-
Passivo de arrendamento	474	520	1.200	1.448	41.631
Total	40.338	33.055	53.881	1.448	41.631

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2021.

(b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2021 é:

	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5.119
Cauções e depósitos vinculados	27.162
Investimentos de curto prazo	347.864
Debêntures	(105.701)
Total	274.444

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e TJLP, não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros e moeda estrangeira

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos, nas dívidas e nas opções de compra aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Com base na projeção do dólar do Banco Central para um ano, foram calculadas as variações de 25% e 50% sobre o saldo de variação cambial de fornecedores.

Moeda estrangeira	Risco	Posição em 31.12.2021	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
DÓLAR			3,74%	5,60%	7,47%	9,34%	11,21%
Variação cambial fornecedores	Alta do dólar	6.667	191	287	382	478	574
Impacto no resultado			191	287	382	478	574

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das debêntures.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31.12.2021	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,63%	8,44%	11,25%	14,06%	16,88%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	5.119	288	432	576	720	864
Investimentos de curto prazo	CDI	347.864	19.585	29.360	39.135	48.910	58.719
Impacto no resultado			19.873	29.792	39.711	49.630	59.583

Dívidas	Risco	Posição em 31.12.2021	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,51%	3,77%	5,02%	6,28%	7,53%
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(53.646)	(5.531)	(6.259)	(6.980)	(7.708)	(8.429)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(52.055)	(5.506)	(6.214)	(6.916)	(7.623)	(8.325)
Impacto no resultado			(11.037)	(12.473)	(13.896)	(15.331)	(16.754)

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures, empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia acompanha seus covenants.

Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seus contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada

a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da MS Santos Participações, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.3) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao constrained-off de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por constrained-off que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de constrained-off para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de constrained-off protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não

elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do constrained-off, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por constrained-off. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de constrained-off “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do constrained-off com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

24 COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2021	Consolidado						
	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	1.275	1.275	1.275	1.275	1.275	24.858	31.233
Manutenção de usinas	78.986	31.381	-	-	-	-	110.367
Encargo de conexão	1.329	1.329	1.329	1.329	1.329	25.911	32.556
Contrato de uso de transmissão (CUST)	17.292	17.292	17.292	17.292	17.292	337.199	423.659
Total	98.882	51.277	19.896	19.896	19.896	387.968	597.815

25 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	2021	2021
Direitos de uso do terreno arrendado	4.821	2.625
Provisão para desmantelamento	-	17.039
Efeito da incorporação da Nova Energia	-	674.364
Dividendos declarados	33.790	-
Total	38.611	694.028

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Acordo de investimento com Itaú (2ª fase)

Em 03 de janeiro de 2022, conforme fato relevante, a AES Operações celebrou com o Itaú Unibanco S.A., um acordo de investimento por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais emitidas no contexto de um aumento de capital pela Guaimbê Holding e aportou R\$360.000 passando a deter participação de 23,72% de seu capital social.

Ainda, a transação incluiu a contribuição, realizada em 06 de janeiro de 2022, na Companhia, pela AES Operações, de sua participação na Ventus Holding, sociedade que compõe o Complexo Eólico Ventus, que controla as sociedades Brasventos, Miassaba e Rei Dos Ventos.; bem como sua participação nas sociedades AGV IV, AGV V e AGV VI, que contemplam a segunda fase do Complexo Solar de Ouroeste.

Mútuo com as controladas indiretas AGV

Em 06 de janeiro de 2022, foi firmado um contrato de mútuo entre a AES Operações e as controladas indiretas AGV IV, AGV V e AGV VI. A transação envolve o montante de R\$132.921, sobre o qual incidirão juros equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros acrescida sobretaxa de 1,48%.